

Conteúdo completo, sem cortes de edição.

De que forma médicos-veterinários e zootecnistas podem atuar pela preservação dos animais ameaçados de extinção no Brasil?

Historicamente, a formação de médicos-veterinários e zootecnistas, no Brasil e no mundo, têm um enfoque predominante nos animais domésticos. Esses animais foram selecionados zootecnicamente para atender a um determinado fim, a exemplo dos animais de companhia, de tração, de produção de carne ou leite, entre outros. Os conceitos de ecologia, frequentemente, são voltados à ecologia animal, com ênfase na produção animal. Nesse contexto de formação profissional, estende-se uma expressiva lacuna no conhecimento da biodiversidade, por exemplo, que compõe a fauna nacional. Tratando apenas de vertebrados, percebo que há um enorme desconhecimento, não só das espécies existentes, a exemplo de aves, répteis, mamíferos e anfíbios, mas também de sua biologia, ecologia e outros aspectos básicos que estão sedimentados na formação de veterinários e zootecnistas. O conhecimento da fauna, particularmente a neotropical, assim como as noções básicas dos biomas que integram e a função ecológica de cada uma dessas espécies no equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, é fundamental para que atuemos com critério e profissionalismo em nosso trabalho. A começar porque não se reconhece o valor daquilo que se desconhece. Conhecer para conservar/preservar é fundamental. Esse conhecimento de nossa fauna não é “coisa de biólogo”, como vulgarmente somos passíveis de ouvir em argumentações precipitadas. Nossas profissões têm papel fundamental no monitoramento de animais de vida livre, dentro e fora das unidades de conservação. O monitoramento do médico-veterinário nessas unidades foi tema de uma dissertação que produzi, na década de 1990, enfatizando a importância de nossa profissão *in situ*. É também contextualizado no conceito que se estabeleceu de Medicina da Conservação, o qual prefiro chamar de Medicina Conservacionista e, mais pontualmente, Medicina Veterinária Conservacionista.

Quando escrevi o livro *100 Animais Ameaçados de Extinção e o que você pode fazer para evitar*, percebi, nos idos de 2008, que à época, das 627 espécies oficialmente ameaçadas de extinção no Brasil, não havia 100 com imagens minimamente disponíveis ou publicáveis, na verdade, não havia imagens. Como preservar algo que a sociedade ainda não conheceu, não sabe da existência? Nesse contexto, e lembrando que na listagem do ICMBio de 2014 são contabilizados 1.173 animais oficialmente ameaçados de extinção no Brasil, há de se empreender na formação profissional, um caráter ético que ultrapasse as fronteiras da ética profissional ensinada na Deontologia, mas que se estenda a uma fundamentação e um debate sobre a ética extensiva aos animais silvestres, os ecossistemas, os biomas e ao planeta, uma ética planetária, universal.

Para que nós, médicos veterinários e zootecnistas, possamos atuar com ênfase na conservação/preservação de espécies, é preciso “desnaturalizar” o histórico profissional com a extrema visão utilitarista e mercantilista, frente à natureza, frente aos animais. Essa visão, comumente empregada ao longo da história aos animais domésticos, não deve ser cruelmente

impingida aos animais silvestres. Animais domésticos possuem milhares de anos de um processo zootécnico de seleção e ainda sofrem com as alterações ambientais a eles impostas. Dos animais silvestres, nem se fala. É preciso, pois, que entendamos o valor dos animais silvestres livres, protegidos de ações antrópicas negativas, monitorados, portanto, atendendo aos requisitos e conceito de saúde ecossistêmica, para que a se assegure a vida como um todo. Exatamente pelo conceito mais simples que rege a vida: não há vida sem biodiversidade. Não há vida, nenhuma. Porque a vida é um entrelaçado de vidas. Nosso corpo depende de bactérias que atuam no nosso sistema gastrointestinal, por exemplo. Nossa comida que chega às mesas, da polinização, efetuada por insetos, que interagem com inúmeras plantas, que produzem o pólen. Mesmo que sejam produzidos *drones* que façam a função dos animais polinizadores, são necessárias as plantas para florirem, a terra fértil para crescerem. Uma luta incansável, em um cenário associado ao desflorestamento, as inúmeras formas de poluição e ao crescimento urbano desordenado, com um fim previsível que culmina no esgotamento dos recursos naturais, que inclui a biodiversidade: a insustentabilidade do sistema ecológico.

Portanto, quando uma espécie animal se encontra ameaçada de extinção, não é somente esta espécie que está em risco, mas, sim, a cadeia ecológica a que pertence e, numa perspectiva humana, a esta cadeia de matéria e energia que dependemos, indubitavelmente. Para que possamos atuar profissionalmente, é preciso que nos sensibilizemos quanto a isto, é preciso este entendimento. O argumento único de que preservar espécies por que os ambientes naturais estão deixando de existir é suicida. É preciso preservar os ambientes naturais, porque, mesmo que tenhamos algumas espécies carismáticas, consideradas espécies bandeira, que, por algum motivo, nós humanos achamos “fofas”, lindas ou afetivamente próximas, essas espécies perdem o sentido fora de seu habitat e não poderão, um dia, ser reintroduzidas, com toda a capacitação técnica que tenhamos se não houver ambientes naturais em bom estado de conservação, se não houver habitats que apresentem condições mínimas para sua sobrevivência e reprodução. E isto é traduzido nos fatores bióticos (biodiversidade) e abióticos condizentes. Então, reintroduzir aonde? Como? Lembrando que, muitas vezes, as espécies deixaram de existir em dado local ou região devido a interferências e alterações de origem humana que tornaram aqueles espaços impróprios para sua sobrevivência e reprodução.

Para que possamos atuar na conservação/preservação de espécies, é preciso entender que a extinção, em suas diferentes possibilidades, é um processo natural na evolução do planeta e sua biota. Mas a extinção em massa, que é uma das principais características da atual crise ambiental, tem origem no processo civilizatório humano que vem transformando radicalmente espaços, linearizando as cadeias ecológicas, poluindo nas suas diferentes formas, em todos os ambientes, terrestres e aquáticos. Esta crise, em curso, apresenta nítidas características de uma crise estrutural, e não, conjuntural. Tais características são fundamentadas pela na aniquilação em curso da biodiversidade, nas alterações climáticas e nas diferentes formas de poluição, não só físico-química, mas também, orgânica, com o adoecimento coletivo de organismos, em especial, pela indústria química.

Sendo estrutural, aponta para outras relações entre sociedade e natureza, a novos processos civilizatórios, otimistamente apresentados em cenários de filmes e livros, onde a perda da diversidade biológica e a poluição em todos os níveis, ainda permite a continuidade da vida humana.

Portanto, para que possamos atuar na conservação/preservação de animais ameaçados no Brasil é preciso, antes de tudo, conceber que nada, nenhum avanço tecnológico, seja na engenharia genética, na robótica, na biomedicina e nos avanços com imunobiológicos, na produção animal, na ciência em suas diferentes vertentes, nada, absolutamente faz sentido, sem garantirmos a biodiversidade no planeta. E toda esta tecnologia, portanto, pode e deve ser voltada, inquestionavelmente, considerando este fim. Se ainda há dúvida, lembremos que a própria reciclagem de elementos químicos em nosso planeta ocorre por ciclos biogeoquímicos.

A nossa atuação, a partir de tais pressupostos, não será efetiva sem uma ação política que considere estratégias integradas para a conservação da biodiversidade no país. O estudo e as ações conservacionistas para dada espécie ameaçada, não são suficientes se não houver políticas nacionais e regionais que envolvam a Educação Ambiental, eu diria mesmo, uma Educação, simplesmente, comprometida com “a desnaturalização” de conceitos ultra-antropocêntricos de nossa sociedade, a melhoria e ampliação de Unidades de Conservação no país, a fiscalização ambiental fortificada e bem estruturada, o estabelecimento de centros de tratamento e recuperação de animais silvestres, com eficiente destinação para esses animais, programas de monitoramento de espécies e também de reintroduções, entre outros, considerando um forte programa de prevenção ao atropelamento de fauna no país, ao monitoramento e controle de bioinvasores, combate à caça ilegal e ao tráfico de animais silvestres e, inquestionavelmente, o cessar do desmantamento e da perda de habitat em geral.

Não há solução sem acreditar nessas utopias, que, como já foi dito sobre as utopias, “nada mais são do que verdades prematuras” que precisamos nos empenhar para realiza-las. Não vejo saída em conformismos e superficialidades ao se tratar deste tema. A questão da Saúde Única, da prevenção de enfermidades e mesmo de pandemias em geral, depende da equilibrada relação entre sociedade e natureza. Neste contexto, não é possível atuar na conservação de espécies ameaçadas reforçando o atual sistema, que fortalece a percepção utilitarista frente à natureza e que enaltece o consumo exacerbado, sem limites, inclusive da posse de animais silvestres, como se ter, ter e ter tivesse alguma relação com a felicidade.

No caso do pato-mergulhão, dada a sua sensibilidade e raridade, qual o papel do zoológico de Itatiba para que haja esperança de perpetuação da espécie? Quantos indivíduos estima-se haver no Jalapão, Chapada dos Veadeiros e Serra da Canastra?

Os zoológicos são instituições que podem e devem desenvolver seu potencial para ações conservacionistas e, muitos deles, como o Zoológico de Itatiba, tem procurado caminhar nesta direção. A determinação para colaborar nos planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas de extinção e suas respectivas metas, a estrutura física adequada e a capacidade técnica da equipe de um Zoológico são fundamentais para que um zoológico contribua nos esforços para a conservação dos recursos naturais, particularmente, da biodiversidade ameaçada de extinção. E, claro, ameaçada por ações humanas ao longo de sua história até o atual modelo civilizatório que presenciamos.

O Zoológico de Itatiba investiu em adequações físicas, estruturais, para que exerça um papel fundamental na recepção de ovos providos da natureza, criteriosa e cuidadosamente retirados, transportados e incubados até o nascimento dos patinhos. A partir daí, sua adaptação ao ambiente “ex situ”, com manejos adequados para seu desenvolvimento. Tem sido

fundamental o trabalho em equipe, envolvendo universidades para o sucesso do programa de cativeiro do pato-mergulhão. Neste sentido e a exemplo, os estudos genéticos realizados pela equipe da UFMG, que monitoram e orientam as características genéticas das populações manejadas, *in situ* e *ex situ*.

Neste contexto, a esperança da perpetuação da espécie depende de esforços conjuntos e a população cativa que tem sido constituída é fundamentada, prioritariamente, em garantir a existência de patos-mergulhões para um almejado programa de reintrodução da espécie em locais em que essas aves têm sua distribuição natural historicamente comprovada e que deixaram de existir, ou mesmo, onde os estudos sinalizem que a constituição genética populacional de uma dada região, possa ser favorecida por introduções. Todas essas decisões deverão, naturalmente, serem debatidas pela equipe de especialistas constituídas e ancoradas pelo CEMAVE/MMA e obedecerão a critérios de avaliação ambiental, entre outros.

É evidente, no entanto, que esta esperança de perpetuação da espécie depende urgentemente de medidas de conservação do ambiente natural, dos biomas nos quais a espécie habita, e principalmente, do cuidado com os recursos hídricos. Não é sem motivo que o pato-mergulhão se tornou, oficialmente, o símbolo da conservação das águas brasileiras. Entretanto, a poluição de nossos rios ainda é enormemente negligenciada e é, minimamente, aterrorizante, a projeção de expansão de usinas hidrelétricas no país, as quais mudam a dinâmica dos rios, tanto a montante quanto a jusante de seus cursos.

Com relação às populações em vida-livre, embora os registros históricos das áreas de ocorrência da espécie sejam bastante escassos, estima-se que mais de 90% deste contingente populacional já esteja extinto em sua área de distribuição natural. O pato-mergulhão já habitou, comprovadamente, três países sul-americanos: Brasil, Argentina, no seu extremo nordeste e Paraguai, na sua porção leste. Infelizmente e há muito, a espécie só habita o Brasil em raras localidades, enquanto suas águas permanecerem límpidas e as condições socioambientais permitirem. O Parque Nacional da Serra da Canastra, MG, abriga a maior e mais bem estudada população de patos-mergulhões, com aproximadamente 160 indivíduos, sendo que somente uma pequena parcela, em torno de 10%, é habitante do Parque, o restante, vive no entorno e região. Na bacia do rio Paranaíba, sequer existe uma Unidade de Conservação como refúgio para a espécie, que tanto sofre com ameaças à sua sobrevivência. Na região do Jalapão (TO) são estimados somente 25 indivíduos (70% da área de distribuição protegida) e na Chapada dos Veadeiros (GO), estima-se 40 indivíduos, com somente 20% da área de distribuição da espécie, protegida.

É importante ressaltar que a qualidade da água é fundamental para a vida como um todo, incluindo evidentemente, as populações humanas e que a poluição e a miséria, incluindo um sem número de enfermidades, andam de mãos dadas. Preservar a biodiversidade e a qualidade do ambiente é fundamental, portanto, para a manutenção da vida. Não há vida sem diversidade.

Que outras espécies ameaçadas de extinção, no Brasil, podem se beneficiar do apoio em pesquisa e conservação de zoológicos e mantenedores de fauna?

Todas as espécies ameaçadas de extinção podem se beneficiar de ações conjuntas e complementares, em ambientes mantenedores de animais. É preciso, pois, incrementar essas ações. As experiências articuladas entre ações nas áreas de distribuição natural da espécie, ou seja, na natureza (*in situ*) e *ex situ*, para a conservação tem ótimos exemplos, a citar a reintrodução da jacutinga (*Aburria jacutinga*) na Mata Atlântica, um cracídeo em perigo de extinção, já considerado extinto na natureza em estados como BA, ES e RJ, e reintroduzido em áreas protegidas e em boas condições do RJ, PR e MG. O manejo, incluindo o controle sanitário e a avaliação das características genéticas da população é primordial para o sucesso de projetos com esta magnitude. Entretanto, tais ações costumam envolver o atendimento a passivos ambientais de grandes empresas e suas obras, como exigência do ICMBio e também iniciativas de Organizações não-governamentais entre outras iniciativas da sociedade, instituições atualmente fragilizadas por políticas dominantes.

Outro exemplo de trabalho cuidadoso e bem elaborado tem sido o projeto REFAUNA, envolvendo diversas instituições, em esforços conjuntos e com enfoque em várias espécies, a exemplo, na reintrodução de antas (*Tapirus terrestris*) na Reserva Ecológica de Guapiaçu, RJ. Neste contexto, o filhote, provindo de criador científico de MG, foi reintroduzido, juntamente com os pais. Os últimos registros de antas no estado do Rio de Janeiro datavam de 1914. O trabalho de pós-soltura obedece a padrões criteriosos que envolvem marcações, armadilhas fotográficas e monitoramento por GPS.

Certos projetos, que pessoalmente pude participar em breve período na década de 1980, tornaram-se ícones, como o caso da reintrodução do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), que contou com o apoio de instituições nacionais, como o Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ/INEA, RJ), e internacionais. Seria sensato se tais experiências fossem expandidas mais e mais. Embora outras iniciativas de reintrodução possam ser expostas aqui, a meu ver, elas ainda são bastante incipientes. O avanço da destruição da natureza em nosso país é alarmante e estudos que apontam, inclusive, processos de desertificação em curso no território nacional sinalizam esta gravidade.

Paralelamente aos projetos específicos para a conservação de animais ameaçados, as instituições mantenedoras, como exemplo, os zoológicos, muitas vezes pela carência de centros de tratamento e recuperação de animais selvagens bem estruturados, podem colaborar na recuperação de animais acidentados ou resgatados devido a uma dada circunstância, como órfãos e outras. A capacitação técnica dos profissionais que atuam nesta vertente é indiscutível, assim como seu empenho. Os exemplos são inúmeros e ilustro com o caso, em estudo e progressão, de cinco filhotes de lobos-guarás (*Chrysocyon brachyurus*) resgatados em uma toca na BA em junho do ano passado, após a mãe ter sido encontrada em estado de óbito a cerca de 10 km de distância de seus filhotes. A intenção é reintroduzi-los e colaborar na consolidação de um protocolo para este fim.

O senhor dá aulas a estudantes de Medicina Veterinária e Biologia. Percebe um interesse crescente dos futuros médicos-veterinários pelos cuidados com animais selvagens?

Sim, com certeza. Entretanto, este é um processo que exige, não só do educador, mas também da Instituição de Ensino, muita atenção e empenho. Formei-me em 1985 e, quando estudante, não havia estes ensinamentos em nenhuma universidade do país e, mesmo no

mundo, o tema “Animais Selvagens” ainda era muito incipiente, com certo destaque para a Alemanha, incluindo a antiga DDR, que publicou um importante livro, um marco sobre Medicina de Répteis, já na década de 70, e os EUA. A UFF foi a primeira Universidade no Brasil a iniciar a Disciplina de Medicina de Animais Silvestres, hoje, Selvagens. Após concurso, iniciei minha docência nesta disciplina em 1992, quando tudo era ainda muita novidade na academia. À época, fundamos a ABRAVAS (sócio-fundador) e nos esforçamos para trazer esta vertente para a profissão. Criamos um grupo de estudos (GEAS-UFF), ativo até hoje. Aqueles idos dos anos 80/90, pouco se falava na vertente conservacionista e na atuação a campo, de nossa profissão: o perfil predominante era mesmo de veterinários atuantes em zoológicos e especialistas em Patologia e Clínica Veterinária, nas instituições de Ensino e Pesquisa que despontavam, como pioneiras. A Educação Ambiental começava a ganhar tímida voz nas instituições mantenedoras de animais, como zoológicos, em ações pontuais.

O perfil que adotamos na UFF, tratando-se de Medicina de Animais Selvagens, ou seja, a Medicina “inteira”, tratando das classes de animais vertebrados não domésticos, a exemplos, das aves, répteis e mamíferos, além de silvestres nacionais e exóticos de companhia. Mas, além deste amplo perfil de espécies-alvo, a Medicina de Animais Selvagens, não se reduz a rotina clínica e sua evidente importância, como já evidenciamos; nem tampouco, aos aspectos do comportamento e bem estar animal, das principais zoonoses e dos estudos epidemiológicos como um todo. Sua abrangência extrapola para as vertentes *ex-situ* dos hospitais e suas especialidades, dos centros de tratamento e recuperação da fauna selvagem, dos criatórios científicos, conservacionistas e comerciais, e alcança em sua fascinante dimensão as populações de vida-livre, em seus diferentes habitats.

Neste sentido, a disciplina de Medicina de Animais Selvagens mereceria em todas as Universidades comprometidas com esta área de atuação, uma expansão, pois, por maior que seja a competência de seus professores e por maior que seja a carga horária concedida, não é possível tamanha abordagem em um único módulo disciplinar. A Medicina de Animais Selvagens deveria seguir tendências institucionais que ocorreram historicamente em outras vertentes, como a Tecnologia de Alimentos, como a Zootecnia, transformando-se, minimamente, em um Departamento nas Instituições de Ensino de Medicina Veterinária. Isto por que, nós crescemos não só na importância que a sociedade nos dá, mas no reflexo de todo este processo de construção, que se traduz, no âmbito desta abordagem, na expressiva procura de jovens que já há alguns anos, fazem vestibular optando pela Medicina Veterinária, para trabalhar com Selvagens.

Finalizando, há também este interesse nos estudantes de Ciências Biológicas e a boa relação de Biólogos e Veterinários nos ambientes de trabalho, na partilha do conhecimento, na divisão do trabalho, no respeito às questões privativas profissionais e nas fronteiras fractais que unem essas profissões, é primordial e inicia-se na própria academia, na convivência harmônica, respeitosa e cooperativa de discentes e docentes, que possuem na sua maior abrangência, valores e ideais voltados ao bem comum e à valorização da vida.
